

GT44: Gênero, geração e saúde: experiências, narrativas e itinerários

Madiana Rodrigues, Mônica Franch

Os processos de saúde, adoecimento e cuidado estão atravessados pelas dimensões de gênero e geração, no que diz respeito aos modos de atenção, estilos de vida, relações de trabalho, políticas e respostas institucionais às ameaças à saúde e ao tipo de adoecimento que acomete as pessoas. No entanto, é raro encontrar análises, e também políticas, que se proponham a compreender a interação existente entre gênero, geração e as dinâmicas de adoecimento e cuidado em diferentes contextos sociais e culturais. No campo das políticas de saúde a incorporação de gênero e geração costuma ocorrer de forma diferenciada. Muitos estados e municípios possuem programas e políticas voltadas à saúde das mulheres (e mais recentemente a saúde dos homens), e à saúde LGBTQIA+, frequentemente como resposta às demandas do movimento feminista e do movimento LGBTQIA+. Embora essa incorporação não seja garantia de boas práticas, trata-se de uma situação que contrasta com a pouca visibilidade que os aspectos geracionais possuem na atenção à saúde, que está muito mais limitada aos extremos da vida (infância e velhice) ou que, no caso específico das mulheres, limita a compreensão do curso da vida aos aspectos reprodutivos. Nesta proposta, partimos de uma abordagem feminista da saúde, que busca articular as dimensões biológica, social e cultural na compreensão dos processos de adoecimento e cuidado, levando em consideração ainda as relações de poder, diversidades regionais e desigualdades neles envolvidas.

Iniquidades na saúde: uma análise da literatura acerca do acesso e acessibilidade de mulheres quilombolas à serviços de saúde no Brasil

Autoria: Karoline Beatriz Oliveira Barroso

A Organização Mundial da Saúde compreende a saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença. Sob este prisma, a partir da articulação desta categoria com marcadores sociais da diferença como racismo, gênero e campo/rural mostra-se pertinente um estudo acerca da saúde da mulher quilombola que, além de contar com a segregação espacial e estigmatização territorial presentes no espaço rural, somam-se o racismo no acesso ao tratamento de saúde e opressão de gênero como mecanismos de exclusão social. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar criticamente a produção científica sobre o acesso à saúde por mulheres em comunidades quilombolas em literatura. A pesquisa tem caráter pesquisa qualitativa, com revisão integrativa da literatura. Buscou-se nos artigos publicados nos últimos 10 anos em português, as bases utilizadas foram SciELO, LILACS e portal da Biblioteca Virtual em Saúde Brasil com auxílio de operadores booleanos, palavras-chave e termos livres: Grupos com ancestrais Afrodescendentes, saúde, mulher e seus sinônimos. A seleção foi realizada a partir de título, resumo e leitura completa de artigos que abordassem a temática e estejam disponíveis integralmente nas plataformas online. A partir dos critérios de exclusão e inclusão, identificaram-se 31 artigos, todos publicados em periódicos nacionais, sendo a maioria publicado na área de saúde (80%), especialmente por enfermeiros; os artigos apresentam dados acerca da atenção à saúde materna, acesso a exames preventivos- em especial de contracepção e prevenção ao câncer de colo uterino. Os resultados foram agrupados em três categorias temáticas de atenção à saúde materna e primária; Acesso e acessibilidade aos serviços de saúde e Doenças das mulheres quilombolas. Dessa forma, constatou-se a predominância de pesquisas voltadas para o processo de doença e não de promoção à saúde integral, bem como a escassez de propostas de análise intercultural, limitando-se a estudos de cunho clínico e biológico. À vista disso, observa-se uma insuficiência de medidas voltadas para a promoção da saúde deste grupo, possuindo o racismo na saúde como mecanismo

de exclusão e a opressão de gênero como elementos que invisibilizam e inviabilizam o acesso à saúde, mostrando-se urgente a elaboração de políticas públicas efetivas embasadas na interseccionalidade presente nas iniquidades na saúde e a partir de sua base multidimensional com racismo, sexismo e estigmatização territorial como categorias de opressão interagindo de forma múltipla e simultaneamente.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

